

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Jornal do Brasil

Class.: 10

Data: 22 de abril de 1987

Pg.: 8

BID admite sustar empréstimo se BR-364 não proteger índios

Martha Baptista

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) admitiu a hipótese de suspender o empréstimo feito ao governo brasileiro para a pavimentação da rodovia BR-364, no trecho Porto Velho — Rio Branco, até que seja cumprida a cláusula do contrato que prevê a alocação de parte dos recursos para a proteção ao meio-ambiente e às comunidades indígenas da região.

O vice-representante do BID no Brasil, William Brisbane, disse que há preocupação com a demora do Governo para elaborar o Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (Pmaci). "A elaboração do plano está andando muito devagar em relação às obras na BR-364", comentou. Ele informou que a missão de funcionários do BID que esteve de visita ao Brasil por uma semana, para avaliar as consequências para o meio-ambiente de projetos financiados pelo banco, não tinha caráter decisório em relação à BR-364.

O contrato do empréstimo para a pavimentação da BR-364, de Porto Velho a Rio Branco, foi assinado entre o BID e as autoridades brasileiras em 14 de março de 1985. Ele prevê um financiamento total de 58,5 milhões de dólares, dos quais 10 milhões deverão ser alocados para o plano de proteção ao meio-ambiente e às comunidades indígenas. Em 1º de abril, a Subcomissão de Operações Externas da Comissão de Aprovações de Verbas do Senado dos EUA —

que controla a dotação de verbas americanas ao BID — enviou carta ao presidente do BID, Antonio Ortiz Mena, cobrando a execução do Pmaci, que deveria ter ficado pronto em setembro de 1986.

O vice-representante do BID no Brasil explicou que qualquer decisão quanto à suspensão dos desembolsos só será tomada pela direção do banco em Washington. Ele negou que haja qualquer decisão de cancelamento do empréstimo e acrescentou que as obras na BR-364 continuam normalmente, mas admitiu que o BID está preocupado com a demora na elaboração do Pmaci.

— O financiamento para a pavimentação da estrada está dividido em duas partes — explicou — que são as obras e o plano de proteção ao meio-ambiente. Os dois segmentos deveriam caminhar quase paralelamente, o que não está acontecendo.

O Pmaci está sendo elaborado por várias agências governamentais, como o IBDF, a Funai, o Inbra, o DNER e os governos de Rondônia e Acre, sob a coordenação do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas), do Ministério do Planejamento. Uma vez aprovado pelo Ministério do Planejamento, o Pmaci será encaminhado ao presidente da República, José Sarney, que o submeterá à apreciação do Conselho Nacional de Segurança. "Estamos apertando o IPEA para que a elaboração do plano ande mais rápido", contou Brisbane.

Missão

A missão do BID que esteve no

Brasil de 6 a 15 deste mês veio avaliar o impacto sobre o meio-ambiente de projetos financiados pelo banco no país. "O objetivo da missão foi aprender mais sobre o meio-ambiente no Brasil", afirmou o vice-representante do BID no país. Com esse propósito, a missão — coordenada por Marvin Weisman, subgerente do Departamento de Planos e Programas do BID, e integrada por mais quatro funcionários do banco em Washington e um da representação no Rio — esteve no Rio, em Brasília, Cuiabá e Campo Grande.

Embora tenha feito contatos em Brasília, nos órgãos encarregados de elaborar o Pmaci, com a finalidade de levantar informações sobre o andamento do plano, a missão não concentrou suas energias no problema da BR-364 que, segundo William Brisbane, tampouco será o cerne do relatório a ser apresentado em Washington sobre a viagem.

Em Cuiabá, os representantes do BID procuraram analisar as consequências para o meio-ambiente do projeto de pavimentação de 1 mil 200 quilômetros de estradas vicinais, usadas para o escoamento da produção agrícola. O projeto, conhecido em Mato Grosso como **Carga Pesada**, foi financiado em parte pelo BID: do total de 125 milhões de dólares do custo das obras, o banco arcou com 70 milhões. O governo local quer fazer a segunda etapa do projeto, mas o BID ainda vai decidir sobre sua participação.